



i

20-04-2020

Periodicidade: Diária

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 14000

Temática: Educação

Dimensão: 1468 cm<sup>2</sup>

Imagem: S/Cor

Página (s): 18/19

B Zoom // Educação

# Aulas à distância. O perigo das plataformas online

Alunos são aliciados para fornecer passwords de acesso às plataformas. Resultado: Aulas interrompidas com linguagem e imagens impróprias. PJ, em articulação com Ministério da Educação, já identificaram um jovem de 20 anos.

RITA PEREIRA CARVALHO  
rita.carvalho@ionline.pt

Com a utilização de plataformas online para dar aulas à distância, chegou também o outro lado da moeda: o perigo de quem pode estar do outro lado do ecrã. Ontem, a Polícia Judiciária, em articulação com o Ministério da Educação, referiu em comunicado que foi identificado um jovem de 20 anos que "no uso de credenciais de acesso a salas de aula online, se introduzia nas mesmas, com o único propósito de perturbar o seu normal funcionamento". Este jovem, segundo o *i* apurou junto de fonte oficial de investigação, é um Youtuber pouco conhecido no meio que aliciava os alunos para conseguir obter as passwords, uma vez que conhecia vários jovens.

Depois de várias denúncias de professores cujas suas aulas tinham sido invadidas por desconhecidos, a PJ, através da Unidade Nacional de Combate ao Cibercrime e à Criminalidade Tecnológica conseguiu "identificar e localizar o autor de tais factos, indivíduo que não fazia parte das turmas", lê-se no comunicado. O jovem assumiu que tinha entrado sem autorização nas aulas e disponibilizou-se "a apagar todos aqueles conteúdos que foram publicitados na internet". Além disso, todas as suas contas nas redes sociais foram eliminadas.

De acordo com fonte de investigação, a Polícia Judiciária está atenta para perceber se este é ou não um caso isolado.

**ESCOLAS DEVEM REVER MÉTODOS** As aulas interrompidas nos últimos dias



eram disponibilizadas no Youtube, onde se conseguia ver quem eram os professores e alguns alunos que estavam presentes. E, apesar de a maior parte ter sido eliminada, algumas contas no Youtube ainda reproduzem os tais vídeos. Filinto Lima, presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP), viu os vídeos e garantiu ao *i* que a atitude "é altamente reprovável" - desde a linguagem utilizada até às imagens exibidas. "Facilmente as aulas podem ser invadidas e, por isso, as escolas devem rever os métodos de ensino utilizados para salvaguardar os professores e os alunos". As aulas invadidas decorriam na plataforma Zoom, mas "qualquer que seja a plataforma, as escolas devem evitar ao máximo este tipo de acontecimentos", acrescentou Filinto Lima.

O rápido trabalho da Polícia Judiciária e do Ministério da Educação, explicou o presidente da ANDAEP, "pode funcionar como um tranquilizador para os professores, pais e alunos". Já esta sexta-feira, a Fenprof garantiu que vai avançar com uma queixa à Procuradoria-Geral da República. Entrar nas salas de aulas online, sem autorização, é uma prática que se tornou comum a nível mundial. Chama-se zoom raid ou zoom-bombing e o objetivo é apenas destabilizar as aulas, insultar professores e alunos, desligar os microfones ou até expulsar utilizadores. Depois, os autores descarregam os vídeos no Youtube.

**RECOMENDAÇÕES DA TUTELA** Depois das várias denúncias, o Ministério da Edu-

cação reforçou as recomendações já dadas antes do início do terceiro período relativamente ao uso das várias plataformas online - recomendações elaboradas em articulação com o Centro Nacional de Cibersegurança e a Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Uma das recomendações é criar uma sala de espera, permitida em determinadas aplicações, o que poderá "ajudar a monitorizar os convidados que vão chegando, selecionando os que podem ou não participar", lê-se no documento. "Trancar a porta" é outra das possibilidades que os professores devem ter em conta. "Algumas destas plataformas permitem impedir que novos utilizadores entrem numa reunião que já começou, mesmo que tenham o link de acesso ou a palavra-passe".

No caso do jovem que foi identificado pela Polícia Judiciária, este utilizava a partilha de ecrã para mostrar aos restantes utilizadores imagens descontextualizadas, uma vez que algumas plataformas permitem esta funcionalidade. Por isso, a tutela recomenda que a partilha de ecrã seja controlada. "O anfitrião pode impedir que isso aconteça, ao organizar reuniões em que apenas este possa partilhar o que vê no ecrã. Se possível, caso partilhe algum conteúdo no ecrã, utilize uma marca de água de modo a proteger a sua propriedade intelectual".

Na passada quarta-feira, teve início uma formação para apoiar os agrupamentos de escolas e os professores na implementação do ensino à distância através das plataformas digitais. No total, inscreveram-se mais de 700 agrupamentos.



**Periodicidade:** Diária  
**Classe:** Informação Geral  
**Âmbito:** Nacional  
**Tiragem:** 14000

**Temática:** Educação  
**Dimensão:** 1468 cm<sup>2</sup>  
**Imagem:** S/Cor  
**Página (s):** 18/19



“As escolas devem rever os métodos de ensino para salvaguardar os professores e os alunos”, refere Filinto Lima

DREAMSTIME